

CONV 253/02

WG VI 12

**NOTA DE SÍNTESE**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica (Grupo VI)
Assunto:	Síntese da reunião de 29 de Agosto de 2002

---

**Resultados dos trabalhos**

1. Abertura pela Presidência

O Presidente anunciou a ordem de trabalhos: audição da Professora Maria João RODRIGUES na sessão da manhã e continuação da análise do projecto de conclusões redigido à luz dos debates realizados até agora e organização dos restantes trabalhos durante as próximas poucas reuniões que restam.

2. Audição da Professora Maria João RODRIGUES

O Presidente apresentou a professora M. J. Rodrigues ao Grupo, recordando que estava estabelecida em Lisboa e que tinha uma formação académica distinta, ocupando o posto de professor de economia na Universidade de Lisboa, além de ter actividades no Governo. Tornou-se conhecida devido ao seu papel de conselheira do Primeiro-Ministro A. Guterres durante a presidência portuguesa, tendo nesse posto contribuído com uma grande parte da inspiração e dos esforços necessários para lançar o processo de Lisboa. Ocupou igualmente muitos outros postos distintos, tanto na política como no mundo académico.

A Professora M. J. RODRIGUES iniciou a sua alocução com uma introdução sobre as origens da chamada "estratégia de Lisboa", os seus objectivos, a sua génese e o seu posterior desenvolvimento.

Após esta introdução, teve lugar uma sessão de perguntas e respostas entre os membros do Grupo e a Professora M. J. RODRIGUES, durante a qual foram debatidos os seguintes aspectos: papel respectivo das instituições e dos Parlamentos nacionais no método aberto de coordenação, sua eventual inclusão no Tratado, o seu lugar em relação ao método comunitário, a sua legitimidade democrática, os seus resultados concretos, relação entre a política económica e a política social, bem como funcionamento do "método aberto de coordenação".

### 3. Debate sobre as conclusões do Grupo

O Presidente recordou que os debates sobre as diversas questões enunciadas no mandato do Grupo tinham sido agrupadas em três amplas divisões e que os referidos debates tinham possibilitado ao Grupo elaborar três séries de elementos para eventuais conclusões. Durante a reunião anterior realizada, em 17 de Julho de 2002, o Grupo procedeu a uma revisão da primeira série (Documento de Trabalho 5).

Seguidamente, o Grupo passou em revista a segunda série de elementos constantes do Documento de Trabalho 8:

Ponto 1: Verificou-se haver oposição à inclusão no Tratado do método aberto de coordenação, embora alguns outros membros defendessem uma menção ao referido método no Tratado. Vários advertiram para que a sua inclusão poderia minar o "método comunitário".

Ponto 2: Quanto à questão da formalização no Tratado da participação dos parceiros sociais no processo de coordenação, o Grupo continuou dividido.

Ponto 3: Após a audição da Professora M. J. Rodrigues, a maioria dos membros mostrou-se favorável à reformulação das conclusões relativas à estratégia de Lisboa. Alguns membros solicitaram o aditamento de uma referência ao facto de que a melhoria da sincronização/harmonização dos diversos processos de coordenação não requer quaisquer alterações ao Tratado. Recordou-se igualmente que o Grupo tinha sugerido acrescentar a "simplificação" como objectivo.

Ponto 4: o Grupo concordou com a actual redacção.

Ponto 5: Embora alguns membros fossem a favor de uma alteração do Tratado a fim de permitir a tomada de decisões relativas à harmonização fiscal, pelo menos em parte, através de votação por maioria qualificada, outros membros advogaram que se mantivesse o princípio da unanimidade. Foi feita referência à proposta de compromisso final apresentada durante a CIG de Nice. O Grupo acordou em voltar a esta questão após consultar os textos de Nice.

Ponto 6: O Grupo concordou com o texto tal como está actualmente redigido.

O Presidente anunciou que, à luz dos debates, o Secretariado iria preparar uma versão consolidada revista das três séries de conclusões, incluindo, sempre que necessário, partes entre parênteses rectos onde subsistam diferentes pontos de vista. A versão consolidada constituirá a base do relatório do Grupo para o plenário da Convenção. O Grupo analisará e finalizará o texto nas suas duas últimas reuniões.

#### 4. Actualização do calendário das próximas audições

- O Presidente recordou que estava planeada uma série completa de audições para a próxima reunião, a realizar em 13 de Setembro. A reunião está marcada para as 13h00 e prevê-se que Wim Duisenberg se junte ao Grupo às 13h30. A Duisenberg seguir-se-á Jacques Delors às 15h00 e Pedro Solbes Mira às 16h30. O Presidente acrescentou que a reunião durará até às 18h00, isto é, uma hora mais do que inicialmente previsto, mas explicou que tal era necessário se o Grupo quisesse reservar tempo suficiente para os seus convidados.
- O Presidente confirmou também que o Presidente do Comité Económico e Social, Johnny Akerholm, estava disponível para se encontrar com o Grupo a fim de proceder a uma troca de pontos de vista na reunião de 18 de Setembro. Johnny Akerholm juntar-se-á à reunião às 17h00. A Comissária Anna Diamantopoulou assistirá à mesma reunião.

5. Ordem de trabalhos da próxima reunião

- O Presidente confirmou que a próxima reunião será inteiramente dedicada às audições. As duas últimas reuniões (18 e 27 de Setembro) permitirão ao Grupo passar em revista a terceira série de eventuais conclusões (Documento de Trabalho 10) e finalizar o seu relatório incluindo, sempre que necessário, sugestões de alterações ao Tratado.
-